

“Somos mais lentos e mais velhinhos”

“Não somos tribunais”, justificou o senador Ronan Tito (PMDB-MG), ao justificar a lentidão com que o Senado vem conduzindo o julgamento do senador Ronaldo Aragão, incriminado pela CPI do Orçamento. “Somos mais lentos e mais velhinhos”, ironizou, admitindo que existe no Senado uma forte aversão à idéia de se julgar colegas. O “empurra-empurra” em que se transformou o segundo processo de julgamento de um senador, na história do Senado, foi classificado pelo relator Dirceu Carneiro (PSDB-SC) como uma “batata quente”. “É o papel mais constrangedor que já assumi aqui dentro”, confessou.

Foram pelos menos 50 dias de atraso, desde que o processo que pede a cassação do senador Ronaldo Aragão foi admitido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A Mesa do Senado ofereceu representação contra Aragão no início de fevereiro. Desde então, o processo foi para a CCJ, depois para a gaveta, saiu dela e percorreu o plenário

(onde foi aprovada a admissibilidade) e então voltou para a gaveta, enquanto se assistiu à extrema dificuldade para se compor a Comissão que iria efetivamente julgar o senador.

O PMDB indicou o senador Onofre Quinan (PMDB-GO) para presidir a Comissão, que renunciou em seguida, em nome da amizade cultivada pelo senador Ronaldo Aragão. A senadora Eva Blay (PSDB-SP), que relatou o processo na CCJ e integrava a Comissão Especial, teve que deixar o Senado com o retorno do senador titular Fernando Henrique Cardoso. O senador Márcio Lacerda foi então indicado para a presidência, relutou, mas acabou assumindo o cargo. O relator Dirceu Carneiro exprimiu o desconforto dos senadores: peguei com as mãos uma batata quente”.

Culpa — Ninguém assume a culpa pelo atraso. O relator garante que os prazos, dentro da Comissão Especial, estão sendo cumpridos com rigor, sequer usará todo o prazo

que lhe cabe para apresentar seu parecer. A relatoria atribui a responsabilidade “à Mesa e ao jogo de empurra na formação da Comissão”. O diretor da Mesa, Estêvão Chaves Rezende de Martins, explicou que tudo se complicou quando coube aos líderes a composição da Comissão. “A Comissão não tinha como trabalhar na análise do processo com o troca-troca de seus integrantes”, disse.

O presidente da Comissão, Márcio Lacerda, chegou a jogar a culpa na revisão constitucional. O relator Dirceu Carneiro, admitiu que “foi o constrangimento dos senadores em tratar um assunto tão delicado que atrasou o processo”. Para o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), um dos mais atuantes membros da CPI do Orçamento, o resultado da CPI não pode se restringir às cassações, mas ao fenômeno de tornar o Estado visível ao povo. “As cassações são coisa de politicalha. Foi injusto cassar o Ibsen e inocentar o Fiúza”, interpretou. (C.C.)